

58105

ISSN 0370-6583



RODRIGUÉSIA

Revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Volume 36

Número 58

Janeiro/Março 1984

A botânica da Carta de Pero Vaz de Caminha

Dárdano de Andrade-Lima¹

Este artigo trata da história da Botânica do Nordeste, relatada a partir da Carta de Pero Vaz de Caminha.

¹ Dárdano de Andrade-Lima (1917-1981). Engenheiro-agrônomo, professor-pesquisador na área de botânica. Deixou inúmeros trabalhos sobre fitogeografia do Brasil e dedicou grande parte de sua vida ao estudo de plantas de áreas secas.

A história da botânica do Nordeste brasileiro é mais antiga que o próprio Brasil.

Lemos no texto de Caminha: "Easy seguimos nosso caminho per este mar de-lomgo ataa terça feira doitaus de pascoa que foram xxj dias dabrill que topamos alguũs synaaes de tera seemdo da dita jlha seg^o os pilotos deziam obra de bj^e lx (660) ou lxx (670) legoas. Os quaaes herã mujta cam tidade deruas compridas aque os mareantes chamã botelho e asy outras aque tam bem chamã rrabo dasno. E aaquarta feira seguimte pola manhã topamos aves aque chamã fura buchos e neeste dia àoras de bespera ouuemos vjsta de tera"... Fica, assim, claro que as plantas foram vistas primeiro que as terras, plantas essas que eram o "botelho" e o "rrabo dasno", cuja identidade mister se faz buscar.

O "botelho", hoje referido nos dicionários como "bodelho", ou "bodelha", é de fácil compreensão, o mesmo não acontecendo com o rabo dasno, não consignado nos dicionários. Cortesão (1943), após comentários sobre as referências à bodelha em outros "roteiros" portugueses, conclui: "supomos, pois, que o *botelho* de Caminha se pode identificar com a *bodelha* (*Fucus vesiculosus*) de Brotero ou

espécie parecida." E continua: "quanto à planta marítima, a que os marinheiros portugueses chamam *rabo de asno*, o problema afigura-se mais complicado, pois em nenhum roteiro encontramos a palavra".

Deixando à margem este segundo caso, e detendo a análise apenas ao "botelho", impossível é concordar com a conclusão a que chegou Cortesão.

Não consta de recente bibliografia fitológica brasileira (Oliveira Filho, 1977) qualquer referência ao gênero *Fucus*, ocorrendo na costa brasileira. Por outro lado, são freqüentes os representantes do gênero *Sargassum*, não muito distanciado daquele, a ponto de já haver sido colocado na família *Fucaceae*, embora hoje evidentemente transferido para a família *Sargassaceae*.

Também, como *Fucus*, vesiculoso, porém com vesículas externas, globosas, pedunculadas.

Ainda hoje, como ao tempo da expedição cabralia, é comum serem encontrados fragmentos, às vezes bem longos, de algumas das espécies de *Sargassum*, flutuando ao sabor das ondas, a grandes distâncias da faixa litorânea, donde ser pos-

sível aceitar ter sido esses os botelhos referidos por Caminha.

Continuando com a leitura da carta-relatório de Caminha, algumas outras referências são ali encontradas, quanto a plantas ou matérias vegetais, das quais vale destacar a alusão ao uso de uma "confeição branda como cera (mas não o era)". Para essa, afirma Cortesão, às páginas 289/290, que se trata da "almécega, ou seja a resina da *pistacia lentisco*", invocando quanto ao designativo popular, Gabriel Soares de Sousa. Esqueceu-se, no entanto, Cortesão, que a almecega usada pelos índios brasileiros não poderia ser a *Pistacia lentiscus* L., espécie essa, característica da região mediterrânea. A almecega, ou melhor, as almecegas das florestas úmidas do Brasil leste e nordeste são espécies do gênero *Protium*, das Burseraceae, o que já consta dos dicionários brasileiros da língua portuguesa, sendo *Protium heptaphyllum* March., possivelmente, a mais comum. Na Amazônia brasileira essa e outras espécies desse gênero, cuja resina é ali, também, utilizada pelos indígenas com fins de adorno corporal, recebe o nome vulgar de "breu", a que se associa, com frequência um qualificativo, resultando, por exemplo: "breu-branco" e "breu-preto".

Prosseguindo, escreve Caminha (p. 209): "E foram assim correndo, além do rio, entre umas moitas de palmas"...

Que palmas seriam essas? Não lhes deu o missivista maior importância. Que não era o "coco-da-praia" (*Cocos nucifera* L.), não resta dúvida; nada comprova seja essa espécie originária do Brasil. Já está firmado o conceito de que, oriunda da Polinésia, aqui chegou trazida pelos portugueses, em época ainda não precisada, mas, bem certo, não mais de 40-50 anos após a chegada dos primeiros exploradores ibéricos.

Bem possível, tendo em vista a região a que chegou Pedro Álvares Cabral, que se tratasse de uma palmeira ainda hoje bem freqüente nas proximidades das praias do sul da Bahia, a *Attalea funifera* Mart., de nome vulgar "piassava".

Se bem que *Arikuryroba schizophylla* Mart. ainda hoje seja encontrada com relativa freqüência nas praias altas do nordeste oriental até Ilhéus e possivelmente um pouco mais ao sul, não é muito admis-

sível que fosse aquela "palma" vista e referida por Caminha, pois o seu palmito é amargo e não "muito bons" como os entãos colhidos e comidos (p. 220). Menos, ainda, parece ser possível que se tratasse da *Alagoptera arenaria* (Gomes) Kuntz., comum nas praias do sudeste brasileiro, ou mesmo *Syagrus acaulis* (Drude) Beccari, também ocorrente na região de Porto Seguro. Vale notar que a *Attalea funifera* Mart. cresce em "moitas" (p. 209) e "não mui altas" (p. 220), como salienta Caminha, o que vem reforçar a sugestão apresentada.

Novamente à página 209 Caminha refere que os indígenas... "traziam cabaços de água"... O cabaço, ou cabaça como é mais freqüentemente denominado, é o fruto da Cucurbitaceae *Lagenaria vulgaris* L., originária do Velho Mundo, porém com dispersão por todo o mundo tropical e subtropical, anterior à época das grandes navegações ibéricas. Na América do Sul, se admite como já existindo em tempos pré-colombianos. Bem menos possível seria a interpretação dos cabaços como a Bignoniaceae *Crescentia cujete* L., também utilizada no transporte de líquidos e já existindo por quase todo o país através de transporte pelos indígenas, antes que aqui aportassem os portugueses. Corrobora essa suposição em contrário, o fato de que os frutos de *Crescentia* têm bem menor volume que os de *Lagenaria* e o seu emprego é, em quase todos os casos, restrito não ao fruto todo, mas às suas metades independentes, referidas como "cuias", nome que Caminha não consigna.

Os "espelhos de pau" referidos à página 210, são os botoques ou batoques de uso comum em algumas tribos indígenas; essa designação é usada por analogia com a rolha grossa com que se tapa o orifício no meio do bojo da pipa ou tonel (*Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos*, 1969). Botoques esses que, por se ajustarem bem aos lábios, lembraram a Caminha os "espelhos" ou tampas das "borrachas" (Cortesão, 1943, nota nº 30), nome também corrente em Portugal e Espanha para os odres, de vinho, especialmente. Que não se pense que a expressão "borrachas" usada por Caminha tivesse algo a ver com α , até então desconhecida, borracha de *Hevea*; e já o explica bem Cortesão, referindo João Ribeiro, que as mesmas eram "odres de couro".

Embora não seja alusão direta a uma

planta ou parte dela, vem ainda na mesma página 210 uma referência que diz respeito ao produto vegetal usado pelos índios. É quando diz: "metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada". Essa tintura preta a modos de azulada, era obtida, como vem amiúde referido na literatura atinente, dos frutos ainda verdes ou em via de amadurecimento, do jenipapeiro (*Genipa americana* L.).

Fato idêntico se registra à página 215: "e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos"... Dúvida não resta que se trata do urucu (*Bixa orellana* L.), por demais comentado na literatura indigenista. Essa planta já havia sido dispersa por quase todo o atual espaço brasileiro, antes da chegada dos portugueses. Novas alusões a índios "pintados de preto e de vermelho" ou "tinta daquela tintura preta" vêm à página 219.

As "palmas" voltam a ser incluídas na carta, à página 220. Cortesão, em sua nota nº 48, põe alguma dúvida quanto a serem essas "palmas" legítimas palmáceas, mas ao concluir a nota afirma: "os palmitos, comidos pelos companheiros de Cabral eram *palmitos de palmeira, stricto sensu*". Já se comentou que foi aceita a *Attalea funifera* Mart. como a palma mais provável para aquela área. Mais se caracteriza essa possibilidade nesta segunda citação, pois descrevendo o ambiente em que foram vistas (ao longo da ribeira) menos possível se configura a admissão de serem a *Arikuryroba*, a *Alagoptera* ou o *Syagrus*. Tratando-se de áreas mais interiores, uma outra possibilidade se apresenta, qual seja a dos palmitos terem provindo de palmeiras de *Euterpe edulis* Mart., o vulgar "palmito", ou "juçara".

Problema mais complexo é oferecido por Caminha, quando à página 223 relata que Afonso Ribeiro — o degredado — "não vira lá entre eles senão umas choupinhas de rama verde e de fetos muito grandes". A "rama verde" não há como interpretar e os "fetos muito grandes" poderiam ser alguma *Alsophila*, das que ocorrem nas matas costeiras oriental-brasileiras, sem que nisso vá qualquer parcela de afirmação.

Quanto à descrição feita, à página 225, dos "ouriços verdes" trazidos pelos índios, Cortesão não teve dúvida (nota nº 55, p. 315) em concordar com Pereira da

Costa, que cita, o qual os identificara como os frutos do urucu, a *Bixa orellana* L. Na mesma página, mais uma referência é feita à "tintura preta" do jenipapo.

Bem mais vaga é a descrição que Caminha apresenta quanto à feitura das casas dos índios, vistas por outros que não ele: "Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha"... As madeiras poderiam ser quaisquer, pois "os arvoredos são mui muitos" (p. 228) e as "palhas" não seria de admirar fossem as da própria *Attalea funifera*. Ainda hoje, no Nordeste, cobrem-se casas com as folhas de palmeiras desse gênero.

Uma das poucas oportunidades em que Caminha cita o nome do vegetal que comenta, o faz à página 226, quando trata do "inhame". Certo deve estar Cortesão quando o identifica com espécies do gênero *Dioscorea*, tão freqüentes, ainda hoje, em algumas das florestas costeiras, não demasiado densas.

Quanto às "outras sementes que na terra há", a vagueza da expressão impede qualquer conjectura sobre quais fossem. Nada o que dizer, também, sobre as espécies para "lenha" ou o "pau" empregado para a confecção da cruz erigida para a Primeira Missa.

Novas referências a "madeira", "paus" ou "pau", e "arvoredo" são mencionadas na página 228, nada podendo ser esclarecido a respeito.

Mais interesse despertam as descrições dos arcos e setas, citados na página 229.

Quanto aos arcos, o qualificativo de "pretos" que lhes é dado, demonstra que eram fabricados, como ainda hoje o são, do estipe de uma palmeira. É possível que, em locais diversos do Brasil, sejam utilizadas palmeiras diferentes, mas no caso específico é de se supor tratar-se de um *Astrocaryum*, possivelmente *A. airi* Mart. No tocante às "setas" não fica bem claro a que tipo se refere, pois os índios tinham-nas de vários, conforme o mister. É possível que fossem daquelas cujo corpo principal é formado pela base do eixo da inflorescência da "cana-braba", *Gynerium sagittatum* Beauv., encimado por material mais duro, possivelmente lascas de taquara, como então usavam. Outra possibilidade é que fossem feitas de madeira, como as que, ainda hoje, costumam fazer, com a diferença de que hoje utilizam pontas de ferro ou dentes, osso etc. e aquelas vistas por Caminha tinham lascas de taquara (ali referidas como "canas aparadas"). Diversos são os gêneros de taquaras no

Brasil costeiro e mais ainda as espécies. Daqueles, o mais freqüente é *Merostachys*.

De então, ao fim de sua carta, Caminha ainda volta a falar dos "arvoredos", "muitas palmas" e seus "palmitos", "árvore" (p. 232), "inhame" (p. 233), "semente e frutos" (p. 234) e, finalmente, "grandes arvoredos" (p. 239) e, simplesmente "arvoredos", à página 240. Novamente se evidencia que as informações sobre esses aspectos vegetais não são suficientes para maiores considerações.

Bibliografia

- CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livr. Edit. Livros de Portugal Ltda. 1943.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira. 1975.
- OLIVEIRA FILHO, Eurico Cabral de. *Algas Marinhas Bentônicas do Brasil*. São Paulo, Tese de Livre-Docência, Inst. Bioc. da USP, (mimeo). 1977.
- SILVA, Adalberto Prado e (org.). *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos*. São Paulo, 5ª ed., Melhoramentos, 5v. 1969.